GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DE MATO GROSSO DO SUL
ATA nº 06 - REUNIÃO ORDINÁRIA de 2026 (Biênio 2026/2028)

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se, em formato on-line, a 6ª Reunião Ordinária do CETRAP/MS, do biênio dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito, na qual estiveram presentes os seguintes representantes: a coordenadora do CETRAP/MS, Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues (Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – SEAD/SEDH); Laura Karina Montania Vera (Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – SEAD/SEAS); Paola Scheiblerp (Secretaria de Estado de Educação – SED); Renata Fernandes Vaz Guimarães Nogueira e Aparecida queiroz Zacarias Silva (Secretaria de Estado de Saúde -SES); Kaian Martins Alevs de Macedo (Secretaria de Estado da Cidadania - SEC); Tânia Regina Comerlato (Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR); Maria das Dores Dias Acosta (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS); Thaís Roque Sagin Lazzaroto (Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul – DPGE); Paula da Silva Volpe (Ministério Público de Mato Grosso do Sul – MP/MS); Juliana dos Santos (Instituto de Apoio, Capacitação, Instrução e Economia Solidária do Povo – ACIESP); Estela Márcia Rondina Scandola (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos -RNFSDR); Mirtha Virginia Carpio Diaz (Associação Venezuelana em Campo Grande – AVCG MS); Yolman Ismael Perrales Ascanio (Associação Multicultural Dunamis de Dourados e Região); Thiago da Silva Godoy (Diocese de Santa Cruz de Corumbá – Cúria Diocesana). A Coordenadora Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues, abriu a reunião dando as boas-vindas a todos os membros. Em seguida, apresentou a **primeira pauta**: **Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária.** Foi submetida à apreciação dos membros a Ata da Reunião Ordinária realizada em 14 de julho de 2026, durante a discussão, foram apresentadas algumas ressalvas e solicitações de correção referentes às Atas anteriores, pela Estela, dizendo que numa nova leitura, observou que necessitam de ajustes. Ficou acordado que as alterações serão encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva, com a indicação dos respectivos trechos, para análise e correção em plenária na 7º Reunião Ordinária a ser realizada em setembro do ano corrente. Após a discussão, a coordenadora retornou a pauta, em que após apreciação foi aprovada com ressalvas na quarta pauta: *Parecer – Festa do Vorcaro*, em que foi discordado por Estela e Tania, sobre apresentação de parecer, em que foi solicitado apoio na elaboração de minuta para envio de ofícios aos órgãos CONATRAP, ao COETRAE, ao Ministério da Justiça, aos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos Humanos e à Polícia Federal de MS, com cópia à coordenação da Política Federal, o Ministério das Mulheres, ficando a coordenadora de entrar em contato com o Dr Luciano, para os ajustes necessários, tendo como deliberação a ATA ser reapresentada na próxima reunião para aprovação da plenária. Passou-se à **segunda pauta: Seminário Desaparecidos e Tráfico de Pessoas**, anteriormente aprovado e previsto para o dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na Escola da Defensoria. O evento já havia iniciado sua organização, com a realização de contatos com participantes e instituições convidadas. Diante da indisponibilidade de alguns convidados na data inicialmente prevista, foi proposta a alteração na data, ressaltando-se que o seminário deverá ser adiado, e não cancelado, considerando a relevância do tema para o Estado. Foi destacado, ainda, que a realização do seminário não necessariamente precisará ocorrer durante o período da

Campanha Coração Azul, tendo em vista a importância de manter a discussão e a mobilização sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nesse sentido, foi sugerida a realização do evento próximo ao dia seis de outubro, em alusão ao Dia Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual e à Exploração Sexual, possibilitando também a mobilização de conselheiros tutelares e dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Após as manifestações dos participantes, foi acolhida pela maioria a proposta de realização do seminário no dia seis de outubro de dois mil e vinte e seis, em formato presencial, a qual irá verificar a disponibilidade para realização na Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. Como encaminhamentos, ficaram definidas a articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a verificação da disponibilidade do espaço para a realização do evento e a confirmação da participação da Dra. Simone, de Brasília, e do Dr. Caio, da SEJUSP. Passou-se à **terceira pauta**: **Análise e deliberação sobre o Regimento Interno.** Foi informado que a Comissão responsável pela revisão do Regimento Interno havia se reunido anteriormente para analisar o documento apresentado, tendo a proposta sido inicialmente aprovada. Posteriormente, as conselheiras Tânia e Estela apresentaram sugestões de acréscimos e encaminharam para análise da Comissão. Contudo, foi informado que a Comissão até a presente data, não havia conseguido realizar nova reunião para apreciação das contribuições apresentadas. Diante disso, foi ressaltada a necessidade de que a Comissão se reúna com brevidade, a fim de analisar as propostas encaminhadas e apresentar o resultado para apreciação em reunião extraordinária. Na sequência, a conselheira Estela relatou que realizou estudo aprofundado do Regimento Interno anterior, bem como de outros regimentos de comitês e de materiais relacionados ao CONATRAP, utilizando essas referências para elaborar contribuições à proposta de revisão do Regimento Interno. Durante sua manifestação, destacou a necessidade de o Comitê discutir previamente a forma de organização e registro de suas reuniões, considerando as particularidades e os riscos relacionados às informações tratadas no âmbito do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ressaltou que determinados assuntos, especialmente aqueles relacionados a operações, situações de exploração, identificação de vítimas ou outras informações sensíveis, podem exigir tratamento diferenciado e não devem necessariamente constar de forma detalhada nas atas públicas ou nos registros ordinários das reuniões. Foi mencionado que, anteriormente, em razão da natureza das atividades desenvolvidas, utilizava-se o formato de memória de reunião, no qual eram registrados o tema tratado, os debates e os encaminhamentos, sem necessariamente identificar nominalmente todos os participantes ou registrar integralmente as manifestações realizadas. A conselheira apresentou, como exemplo, uma situação anteriormente identificada em pesquisa realizada na região sul do Estado, na qual foram encontradas situações de possível exploração sexual e cárcere privado envolvendo mulheres, inclusive estrangeiras. Relatou que a situação foi levada ao CETRAP para discussão sobre possíveis formas de atuação e proteção das pessoas envolvidas. Posteriormente, segundo seu relato, ocorreu uma operação que resultou na retirada das mulheres da região e em medidas que, em sua avaliação, acabaram por produzir consequências contrárias à proteção dos direitos dessas pessoas. Diante desse contexto, foi ressaltada a importância de que o

novo Regimento Interno estabeleça critérios claros sobre quais informações devem constar nas atas, quais situações devem receber tratamento reservado e em quais circunstâncias os nomes dos participantes ou demais informações sensíveis devem ou não ser registrados. Destacou-se que o Regimento Interno deve contemplar mecanismos que garantam segurança, proteção das informações e adequada atuação dos integrantes do Comitê. O professor Thiago o, integrante da Comissão do Regimento Interno, manifestou concordância com a necessidade de aprofundamento da discussão e informou que poderá levar as observações apresentadas para apreciação da Comissão, contribuindo para que as questões relacionadas à segurança das informações e às particularidades da atuação do CETRAP sejam consideradas na elaboração do documento. Foi reforçada a necessidade de que a Comissão retome seus trabalhos e analise as contribuições apresentadas, considerando o período transcorrido desde a publicação do Regimento e a importância de sua conclusão. Como encaminhamento, ficou acordado que a Comissão deverá se reunir para aprofundar a discussão e apresentar suas conclusões em plenária o mais breve possível. Foi sugerida, ainda, a realização de reunião extraordinária, com pauta específica, para tratar exclusivamente da revisão do Regimento Interno, em razão da relevância e da complexidade do tema. Em seguida deu-se a **Quarta pauta**: **Plano de trabalho 2026**. Foi discutida a situação do Plano de Trabalho/Plano de Ação de 2026, que havia sido analisado pela Plenária e encaminhado à Comissão para avaliação das sugestões apresentadas pelos conselheiros, mas ainda não havia retornado para aprovação e publicação. Foi ressaltada a importância da publicação do documento, pois sua ausência impede o custeio de ações que envolvam recursos. Também foi levantada a necessidade de definir se será elaborado um Plano de Trabalho/Plano de Ação ou apenas uma programação anual de atividades. Foi informado que o documento discutido em Plenária corresponde ao Plano de Trabalho de 2026, o que auxilia a organização administrativa da SEAD, a qual o Comitê está vinculado. Como encaminhamento, ficou definido que o documento atualizado será encaminhado novamente aos integrantes da Comissão, para análise e continuidade dos trabalhos, com prioridade para posterior aprovação e publicação. Passou-se à **quinta pauta**: **Discussão sobre a relação entre o NETP/MS e o CETRAP/MS;** a coordenadora passou a palavra a Estela, que solicitou a pauta, a qual questionou a relação entre o CETRAP e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), destacando-se que ambos integram a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas e devem atuar de forma articulada e alinhada, respeitando as atribuições e a autonomia de cada órgão. Foi esclarecido que o CETRAP possui função de propor atividades de mobilização, de capacitação, de sensibilização e atua em parceria com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Mato Grosso do Sul, enquanto o Núcleo atua na prevenção, no atendimento humanizado às vítimas e na articulação de políticas públicas contra o tráfico humano, sendo assim a Estela, disse que é importante compreender melhor sua estrutura, equipe técnica, orçamento, programação e forma de atuação. Também foi explicado que, em Mato Grosso do Sul, o Núcleo está vinculado à Defensoria Pública, em razão da parceria estabelecida com o Estado e o Governo Federal, e que existe comunicação entre o Núcleo e o CETRAP no atendimento às demandas. Diante da necessidade de maior esclarecimento

sobre as atribuições e o funcionamento do Núcleo, foi proposta a realização de reunião ou visita à Defensoria Pública, para que os membros do CETRAP que obtém dúvidas sobre sua atuação, possam conhecer sua estrutura, equipe, funcionamento e fluxo de trabalho. Como encaminhamento, ficou acordado aguardar a reunião prevista com a coordenação do Núcleo, bem como verificar a possibilidade de realização de uma visita ou reunião específica, podendo o tema ser posteriormente incluído em pauta do CETRAP para esclarecimentos e definição do fluxo de atuação conjunta. **Inclusão de pauta:** Primeiramente, **Edital de vagas remanescentes**, a coordenadora apresentou o cronograma com as respectivas datas para a publicação das vagas remanescentes e perguntou aos membros se todos estavam de acordo. Todos os presentes manifestaram concordância com o cronograma apresentado. Passou a **Solicitação de mudança de data da reunião** pelo membro Thiago, foi apresentada a sugestão de alteração do dia das reuniões ordinárias, considerando a dificuldade de participação de alguns membros nas reuniões realizadas às terças-feiras. Foi sugerida a possibilidade de realização das reuniões às quartas-feiras, mantendo a segunda semana e o horário. Após discussão, ficou definido que será realizada uma enquete no grupo para consultar os membros sobre a melhor data, avaliando-se a possibilidade de alteração de modo a evitar conflitos com outros compromissos dos membros. Dando continuidade, passaram-se aos **Informes Gerais: 1.Convocação dos membros que ainda não assinaram o termo de posse.** Foi informado que a Secretaria Executiva está entrando em contato com os membros que ainda não assinaram o Termo de Posse, solicitando que providenciem a assinatura do documento. Destacou que os membros que acumularem mais de 3 (três) faltas, conforme as normas aplicáveis, estarão sujeitos à solicitação de substituição. **2.Encaminhamentos e acompanhamento das deliberações das reuniões anteriores**. A membro Estela apresentou um informe referente ao trabalho realizado junto à Secretaria Executiva, com o objetivo de analisar as decisões e encaminhamentos da Comissão de Planejamento, considerando a necessidade de adequação da denominação da comissão no Regimento Interno, que poderá ser denominada Comissão de Planejamento e Monitoramento. Foi informado que houve a inclusão da Defensoria Pública Estadual na composição da Comissão de Planejamento. Diante disso, foi destacada a necessidade de inclusão de mais uma instituição não governamental, caso seja definido no Regimento Interno que as comissões deverão possuir composição paritária entre representantes governamentais e não governamentais, a qual a coordenadora lembrou que o comitê não é paritário, obtendo mais representantes governamentais do que não governamentais. Na sequência, a membro Estela relatou preocupação quanto à atuação do CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, destacando que, conforme as informações levantadas, o Comitê realiza reuniões com periodicidade de aproximadamente seis meses e que as atas disponíveis não estariam atualizadas, sendo mencionada como última ata disponível a de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Também foi informado que, conforme análise realizada, a composição do CONATRAP não prevê a participação direta dos CETRAPs, contemplando apenas a participação dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Diante disso, foi ressaltada a importância do fortalecimento e da articulação dos Comitês Estaduais. A membro Estela informou ainda que, em conjunto com a Secretaria

Executiva e o Observatório Brasileiro sobre o Tráfico de Pessoas, foram identificados cinco CETRAPs em diferentes estados brasileiros. Como encaminhamento, foi proposta a elaboração de uma carta aos demais CETRAPs identificados, com o objetivo de promover a articulação entre os Comitês Estaduais, bem como a elaboração de uma carta ao CONATRAP, solicitando que os CETRAPs sejam mobilizados e incluídos nas reuniões e ações do Comitê Nacional. Por fim, foi ressaltada a necessidade de ampliar a busca e o contato com os demais CETRAPs existentes no Brasil, visando fortalecer a mobilização nacional e a participação dos Comitês Estaduais nas ações e discussões relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. **3. Live Tráfico de pessoas: Informar é prevenir**, realizada através da plataforma da OAB/MS a qual contava com a participação do CETRAP/MT, CETRAP/MS e NETP/MS, ocorrida no dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte e seis, atividade deliberada anteriormente pelo CETRAP/MS para o período da campanha Coração Azul. Foi informado que o CETRAP/MT representado pela coordenadora, Dra. Roberta Arruda, apresentou informações sobre a atuação do Comitê em Mato Grosso. Também havia sido convidada a coordenadora do NETP/MS, Dra. Thaísa, para apresentar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, porém, por motivos de força maior, não pôde participar da atividade. **4. Palestra/Anastácio: "Tráfico de Pessoas: Enfrentamento, Prevenção e às Vítimas"**, indicada pela coordenadora no NETP/MS, a coordenadora do CETRAP/MS proferiu palestra no dia seis de agosto de dois mil e vinte e seis, no 1º Seminário Formativo, tendo como tema: Trabalho Escravo, de olho aberto para não virar escravo, tendo como público presente, professores, movimentos sociais, trabalhadores do campo e pescadores artesanais da região, dentre outros. Durante a palestra, foram apresentadas orientações sobre como identificar possíveis vítimas de tráfico de pessoas, além da divulgação dos canais de denúncia e de atendimento. Também foi ressaltada a importância da participação do CETRAP/MS em eventos realizados nos municípios, colocando o Comitê à disposição para contribuir com ações de conscientização e prevenção. Por fim, foi destacada a participação de representantes do Poder Judiciário Estadual e da Defensoria Pública Estadual, entre outras instituições, sendo considerada uma atividade bastante produtiva, com participação ativa do público. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Valdinéia da Silva Santos, Secretária Executiva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela Coordenadora, Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues.

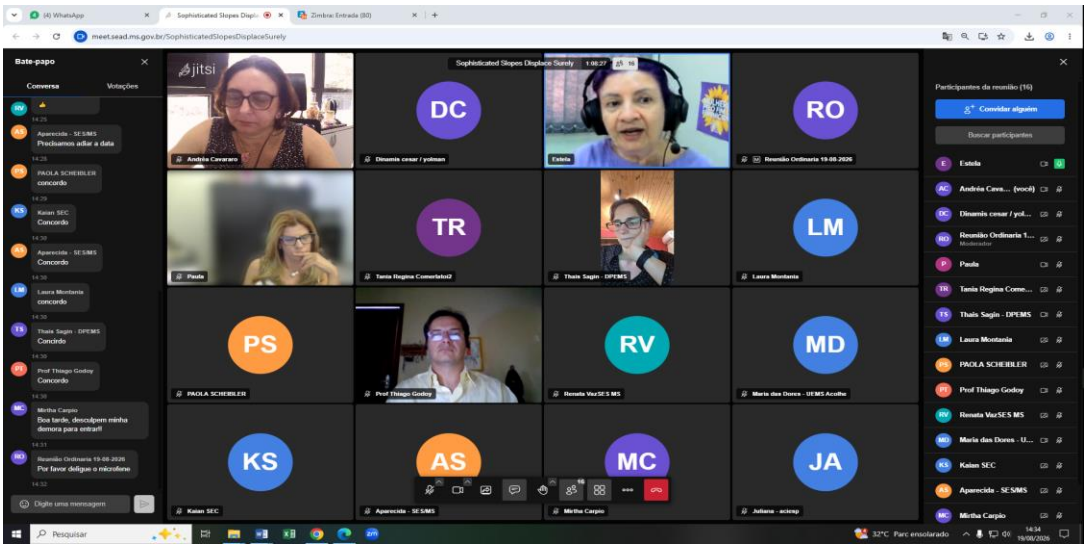
gov.br Documento assinado digitalmente
ANDREA LUCIA CAVARARO RODRIGUES
Data: 27/08/2026 10:30:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues
Coordenadora CETRAP/MS

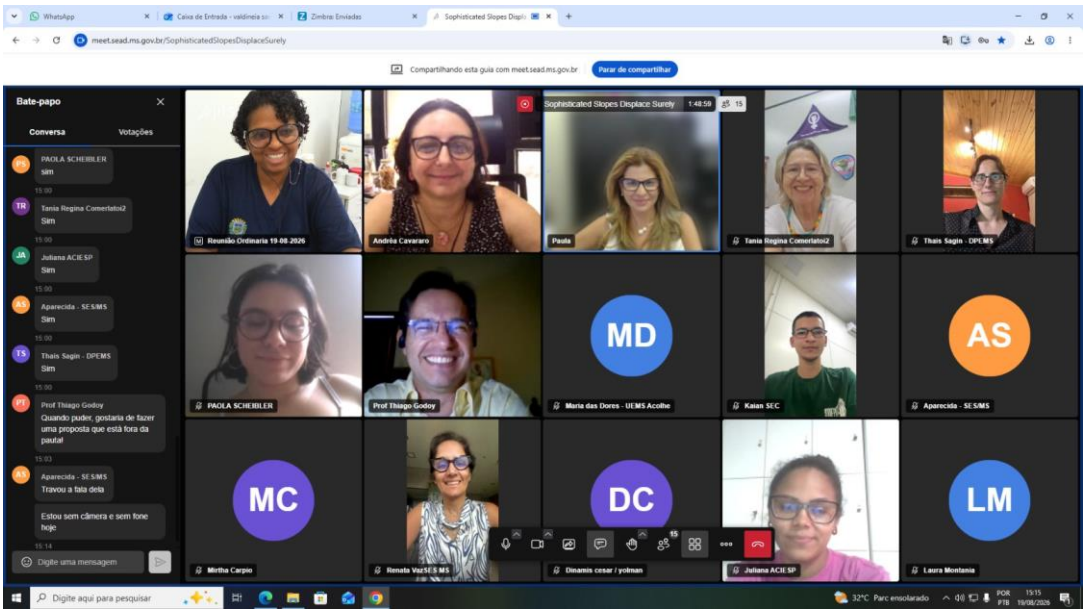
gov.br Documento assinado digitalmente
VALDINEIA DA SILVA SANTOS
Data: 27/08/2026 11:23:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Valdinéia da Silva Santos
Secretária Executiva CETRAP/MS

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
COMITÊ DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DE MATO GROSSO DO SUL
ATA nº 06 - REUNIÃO ORDINÁRIA de 2026 (Biênio 2026/2028)



185



186